



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7172

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 27/06/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (RETIRADO). Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivo triturador de resíduos orgânicos nas edificações que menciona e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 27.5

Posição: 05

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
ex: 27.5
ordem: 05
nº fls: 05



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Vereadora – Maria de Fátima Pereira Macedo.

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Instalação de Dispositivo Triturador de Resíduos Orgânicos nas Edificações que Menciona.

MOVIMENTO

Entrada em – 27/06/2006

1 - Comissão Legislação e Justiça

2 - VISTAS POR 3 DIAS EM 22.08.2006

3 - REAJUSTO DE TRAMITAÇÃO EM

4 - 29.08.2006

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Projeto de Lei nº /2006

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivo triturador de resíduos orgânicos nas edificações que menciona.

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art.1º - É obrigatória a adoção de dispositivo triturador de resíduos orgânicos:

- I. Na unidade habitacional, com área igual ou superior a 80 m2 de edificações destinadas ao uso residencial unifamiliar, ao uso multifamiliar ou ao uso misto;
- II. Na edificação destinada ao uso não residencial, que disponha de ambiente para preparo de alimentos.

Art.2º - A obrigação estabelecida no art.1º se aplica às novas edificações cujos projetos arquitetônicos de construção forem protocolizados junto ao Poder Executivo, para fins de aprovação inicial, a partir da data de publicação desta Lei.

Parágrafo único - A concessão de Certidão de Baixa e Habite-se das edificações a que se refere o caput deste artigo ficará condicionada a instalação do dispositivo que se refere esta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 26 de junho de 2006.

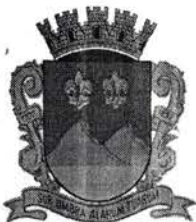

FÁTIMA PEREIRA MACEDO
Vereadora





é legal e constitucional.
bearenfont - 07.08.06.

por 2



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

JUSTIFICATIVA:

Na época atual quando os avanços tecnológicos estão sendo disponibilizados, no mundo inteiro, visando a preservação do Meio Ambiente e o bem estar do cidadão, a apresentação deste projeto nesta Esta Casa não é só contribuir com a ecologia, mas também reduzir os custos de transporte e coleta do lixo, facilitar a sua reciclagem na fonte e o seu manuseio nos aterros sanitários, ampliando, ainda a eficácia do saneamento, com a eliminação do lixo orgânico nas redes de esgotos, do mau cheiro e a redução de moscas, baratas, ratos e etc.

A implantação do triturador orgânico é um ganho ambiental imediato e agrega ao imóvel benefício com alta percepção de valor pelo cliente, porém com baixo custo para a construtora.

Esta Lei já vigora em muitas cidades da Europa e América do Norte onde o triturador de Resíduos Orgânicos é padrão em 80% das habitações recentes e 45% em todas as casas. A trituração do lixo orgânico diminui, ainda a proliferação de germes e a formação de gases nocivos ao meio ambiente e à população.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE “Dispõe sobre a obrigatoriedade de Instalação de Dispositivo Triturador de Resíduos Orgânicos nas Edificações que Menciona.”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, sendo o caso presente.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 28 de junho de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

*As. Coesmes
04/07/06*

“ EMENDA ÚNICA AO PROJETO DE LEI Nº /2006 QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO TRITURADOR DE RESÍDUOS ORGÂNICOS NAS EDIFICAÇÕES QUE MENCIONA.”

Emenda Única:

O altera o inciso I e suprime o inciso II do artigo 1.º que passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - Em edificações prediais de uso residencial multifamiliar ou misto que disponham de ambiente para o preparo de alimentos”.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros - MG, 28 de junho de 2006.

Fátima

Fátima Pereira Macedo
vereadora

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
29/06/2006	
HORA: 14h45	
ASS: <i>[Signature]</i>	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE
“Dispõe sobre a obrigatoriedade de Instalação de Dispositivo Triturador de
Resíduos Orgânicos nas Edificações que Menciona.”, de autoria da Vereadora
Maria de Fátima Pereira Macedo.**


Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda sob comento altera o inciso I e suprime o inciso II do artigo 1º do referido projeto de lei, sendo que não se vislumbra nenhuma ilegalidade ou vício de iniciativa na referida emenda.

Assim sendo, somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 27 de julho de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605